



BOLETIM DA SENAES

SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA

Ministério do Trabalho e Emprego/SENAES MTE

35ª edição / Novembro de 2024

ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA GANHA DESTAQUE NA DECLARAÇÃO FINAL DO G20 SOCIAL

A economia popular e solidária foi mencionada pela primeira vez na Declaração Final do G20 Social, realizado entre 14 e 16 de novembro, no Rio de Janeiro. O documento, entregue ao presidente Lula, foi encaminhado à Cúpula de Líderes do G20, que começou em seguida ao término do G20 Social, dia 18/11, na mesma cidade.

Citada no eixo “Combate à fome, à pobreza e à desigualdade”, a declaração enfatiza a importância da formalização do mercado de trabalho e defende economias inclusivas, como a economia popular e solidária, cooperativas, cozinhas solidárias e o reconhecimento e valorização da economia de cuidados. De acordo com o documento, “é essencial assegurar que todos, especialmente jovens, população negra, mulheres e os mais vulneráveis, tenham acesso a empregos dignos, sistemas de segurança e proteção social e à ampliação dos direitos sindicais”.

Fernando Zamban, diretor do Departamento de Parcerias e Fomento, da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), disse esperar que os líderes do G20 incorporem a economia popular e solidária como estratégia de combate à fome, construção da sustentabilidade e governança planetária. Ele participou dos debates e ressaltou a necessidade de os coletivos, redes e instituições de representação da economia popular e solidária construírem uma agenda unificada. “O movimento social organizado precisa apresentar agendas propositivas, construídas previamente, para que o governo caminhe numa direção coletiva”, ressaltou.

A agenda mais política da Economia Popular e Solidária no G20 ocorreu durante toda a tarde do dia 14 de novembro. Na ocasião, Fernando Zamban destacou que a Economia Popular e Solidária é fruto de uma construção social baseada em princípios coletivos e autogestionários que, na sua essência, constroem outra lógica de organização da vida em sociedade. “Não podemos, no entanto, incorrer no erro de romantizar a Economia Solidária. Os empreendimentos precisam demonstrar, na sua vida prática, sua viabilidade econômica para que sustentem um projeto e uma construção social mais ampla, de transformação da sociedade”. Para isso, faz-se necessário um debate unificado da agenda política da Economia Solidária, apresentando ao governo uma agenda prioritária. Lembrou que a Senaes, na reconstrução, recebeu orçamento mui-

to aquém do que o necessário, e, mesmo assim, conseguiu retomar a implementação do Cadsol, lançou o Programa Paul Singer de agentes populares de economia solidária, está preparando o lançamento de um novo programa de apoio aos Centros Públicos de EPS, entre outras agendas. Encerrou lembrando de uma vitória importante, na semana passada, com a aprovação do requerimento de votação em regime de urgência do Projeto de Lei da Economia Solidária (PL 6606/2012). O debate seguiu com a apresentação de seis experiências concretas de empreendimentos e redes de cooperação solidária que transformam os territórios onde estão inseridas e materializam o sentido do que é a da Economia Popular e Solidária.

Ary Moraes, coordenador-geral de Parcerias da Senaes, também participou dos debates, defendendo maior inclusão dos catadores na gestão de resíduos sólidos. Ele destacou o papel dos catadores na logística reversa, no manejo de resíduos pós-industriais e no desfazimento de bens públicos inservíveis, apontando o potencial dessas ações para gerar mais empregos e renda.

Com informações do site do MTE em:
<https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2024/Novembro/economia-popular-e-solidaria-ganha-destaque-na-declaracao-final-do-g20-social>



Foto comunicação do G20 Brasil

Protagonismo dos catadores na economia circular é tema do G20 Social

Entre as primeiras atividades autogestionadas realizadas no primeiro dia do G20 Social, no Rio de Janeiro, o público presente refletiu sobre a importância do trabalho das catadoras e catadores de materiais recicláveis na transição para uma cadeia produtiva limpa e justa, arquitetada por fundamentos da economia circular. Estiveram presentes o representante da Secretaria Nacional de Economia Solidária do MTE, Ary Morais, além de Ilana Alves Canoff do Comitê Interministerial de Inclusão Socioeconômica de Catadores do Governo Federal que abordaram os esforços do Governo para execução do Programa Pró-catador Diogo de Santana, que retomou os editais de investimentos em cooperativas e associações de catadores após mais de seis anos de interrupção das políticas públicas voltadas a categoria.

A mesa teve a participação também do catador Anderson Nassif, diretor-adjunto da ANCAT, Associação Nacional das Catadoras e Catadores. A entidade trabalha em

diálogo com grandes empresas para cumprimento da Lei 12.305/2010 que responsabiliza os produtores de embalagens pelo destino final ambientalmente adequado dos resíduos pós-consumo. Apesar de ter mais de 14 anos de existência, são poucas as empresas efetivam a logística reversa de seus produtos. As organizações de catadores são as grandes responsáveis pelo reaproveitamento dessas embalagens, mas não são pagas pelo trabalho que realizam.

Com esse desafio, Anderson destacou a experiência de liderar uma cooperativa onde os catadores trabalham em conjunto, tomam decisões coletivas e se remuneram de forma justa, promovendo um ambiente de trabalho democrático. Segundo ele, esse modelo não só preserva o meio ambiente, mas também promove inclusão social, demonstrando o compromisso dos catadores com práticas responsáveis e integradas.

A atividade contou ainda com a presença de Mateus Mendonça, assessor da UNICO-PAS, Central do Cooperativismo Popular e Solidário que abordou o tema de novas tecnologias que podem ser incorporadas à rotina dos catadores, desde a coleta até a reciclagem, fortalecendo sua capacidade de liderança e a mudança para uma economia circular mais eficiente.

Com informações do site do G20 em <https://www.g20.org/pt-br/noticias/protagonismo-dos-catadores-na-economia-circular-e-tema-do-g20-social>

*Escrita por Davi Amorim, com fotos de Gilberto Chagas - Matéria produzida pela equipe do Movimento Nacional dos Catadores (MNCR), em uma parceria de conteúdos da Comunicação do G20 Brasil.



Cúpula social

Durante o seminário “Diálogos sobre a Economia Solidária”, em 11 de novembro, aconteceu a cerimônia de entrega dos certificados dos agentes formados no Curso “Diálogos Sobre Economia Solidária” (DES), idealizado pela Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz Brasília. A iniciativa visa a fortalecer e aplicar projetos de cooperação de geração de renda e trabalho. Durante o curso, os alunos contaram com professores altamente qualificados que os auxiliaram em 54 horas/aula.

Com informações do site Planalto em Pauta em <https://planaltoempauta.com.br/agentes-em-economia-solidaria-sao-formados-em-seminario-da-fiocruz-em-sol-nascente-e-por-do-sol/>

Brasil inaugura novo ciclo: implementando as prioridades debatidas no G20

A primeira Cúpula do G20 Social é uma celebração da democracia, reunindo sociedade civil, movimentos sociais, ministros e especialistas para discutir temas essenciais ao futuro do planeta: combate às desigualdades, enfrentamento das mudanças climáticas e reforma da governança global.

No primeiro dia do marco histórico para o G20, o Brasil anuncia uma política pública alinhada a essas prioridades: o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para Resíduos Sólidos, que encerra um ciclo e aponta para o início de um novo.

O avanço reflete o compromisso do Brasil com os debates iniciados em dezembro, culminando na Cúpula de Líderes nos dias 18 e 19 de novembro. Por meio do novo PAC, o Brasil investe em economia circular, coleta seletiva, empregos verdes e desenvolvimento sustentável. Com um financiamento de US\$ 120 milhões, serão beneficiadas 60 cooperativas, gerando 33 mil empregos

diretos e indiretos em 360 municípios. “Os catadores são uma prioridade para o presidente, assim como a preservação ambiental por meio da gestão de resíduos sólidos”, afirmou o ministro das Cidades, Jader Barbalho Filho.

Frequentemente marginalizados, os catadores de resíduos sólidos desempenham um papel fundamental no desenvolvimento sustentável, contribuindo para a cadeia produtiva da reciclagem, reduzindo a quantidade de resíduos em aterros, limpando as cidades e promovendo saúde pública. Segundo o Anuário de Reciclagem de 2022, esses catadores recolheram 421,7 mil toneladas de materiais no Brasil, contribuindo para uma redução de 282,4 mil toneladas de CO2 na atmosfera.

Com informações do site do G20 em <https://www.g20.org/pt-br/noticias/brasil-inaugura-novo-ciclo-implementando-as-prioridades-debatidas-no-g20>

GIRO PELAS CONFERÊNCIAS DE ECOSOL

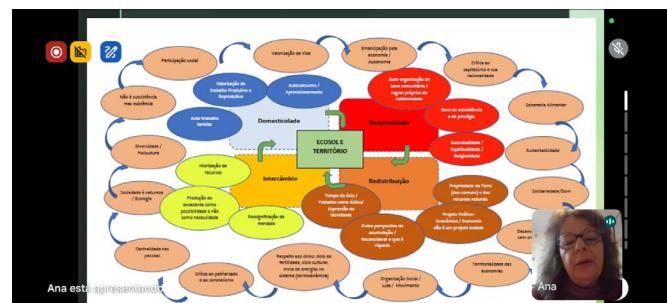
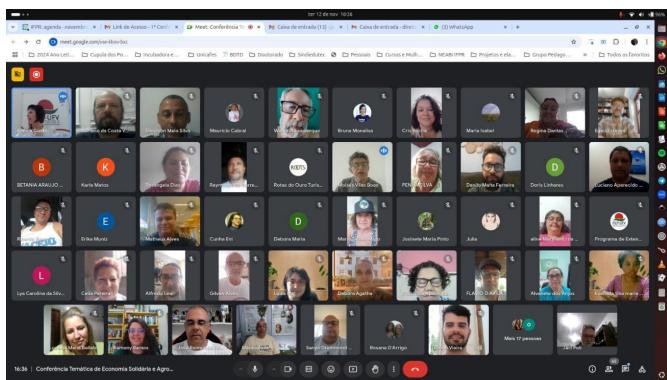
Até agora, ao longo do ano de 2024, das 169 Conferências intermunicipais e regionais, 127 já foram realizadas e todas as Unidades da Federação convocaram as etapas estaduais. Em relação às Conferências Temáticas, nove foram convocadas e 8 foram realizadas entre setembro e novembro, trazendo novidades interessantes e pragmáticas para a Economia Popular e Solidária nas áreas de Finanças Solidárias, Educação

Popular e Autogestão, Povos das Águas, Cultura, Catadores, Economia Popular nos Centros Urbanos, Agroecologia e Juventudes. A Conferência Temática de Mulheres será realizada em 2025, em data ainda a ser definida.

Economia Popular e Solidária e Agroecologia

A 1ª Conferência Temática de Economia Solidária e Agroecologia foi realizada no dia 12 de novembro de 2024, em formato online, com início às 8h e término às 17h. O evento contou com a participação de mais de 200 pessoas de diversas regiões do Brasil e diferentes segmentos da economia solidária e da agroecologia. A metodologia adotada baseou-se em uma abordagem participativa e democrática, que valorizou os conhe-

cimentos dos participantes, incentivando a troca de saberes e experiências. Essa dinâmica promoveu o envolvimento ativo dos presentes na discussão e na proposição de propostas. A Conferência foi concluída após um dia de discussões enriquecedoras sobre temas fundamentais para os movimentos de economia solidária e agroecologia. Além de fomentar o diálogo, o evento incentivou os participantes a fortalecerem a luta por políticas públicas que atendam às suas demandas.



Fotos reprodução

Juventudes e Economia Popular e Solidária

Entre os dias 18, 19 e 21 de novembro, foi a vez da juventude soltar a voz para se engajar ativamente na agenda das Conferências Temáticas de Economia Popular e Solidária (EPS). Ao longo de três dias, mais de 130 jovens participaram dos debates e GT's. No último dia de plenária, a juventude foi dividida em três Grupos de Trabalho de acordo com os eixos temáticos: Economia e Geração de Emprego e Renda; Desigualdade social, cultura e lazer e Saúde e Clima. Cada GT elaborou 10 propostas e, das 30 sugestões, foram deliberadas 15 propostas prioritárias. A organização da atividade ainda irá sistematizar em relatório essas informações e também publicar em carta as propostas deliberadas.

Presente na abertura do evento, o secretário da Senaes, Gilberto Carvalho reforçou, em sua fala, o histórico de lutas da Senaes na EPS nos últimos 20 anos, e destacou a importância da juventude participar ativa-

mente das agendas da secretaria, sugerindo que os jovens se inscrevam e divulguem em seus meios o edital para contribuir na implementação do Programa de Formação Paul Singer – Agentes de Economia Popular e Solidária (AGEPS).

Também tiveram fala pela Secretaria de Emprego, Qualificação e Renda (SEMP) do Ministério de Trabalho e Emprego (MTE), João Victor da Motta Baptista, diretor do departamento de Políticas de Trabalho para a Juventude. A Conferência Temática da Juventude contou, ainda, com ampla participação de ministérios como do Esporte, Desenvolvimento Agrário, Saúde, Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), do secretário nacional de Economia Popular e Solidária da CUT, Admirson Medeiros Ferro Jr (Greg) e a secretaria de juventude da CUT, Cristiana Paiva, UNICAFES, Marcha Mundial das Mulheres, Pastoral da Juventude Rural, Rede Juvesol, Agência Solano Trindade e Quilombo Periférico e Juventude Indígena.

BA: PARTICIPANTES DE CONFERÊNCIA ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DEFENDEM FORTALECIMENTO DA POLÍTICA PÚBLICA

Sistema de produção e distribuição de bens e serviços baseado na autogestão e no cooperativismo, a economia solidária está no centro dos debates na Conferência Estadual de Economia Popular e Solidária, que aconteceu entre os dias 21 e 22 de novembro, no Gran Hotel Stella Maris, em Salvador. Um discurso uníssono dominou a abertura oficial do evento na manhã do dia 21/11: a importância da atuação coletiva para a ampliação dos investimentos, da assessoria técnica e universalização dessa política pública.

Realizada pelo Governo do Estado, por meio da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (Setre), a Conferência Estadual teve a missão de definir as principais ações e contribuições a serem defendidas pela delegação da Bahia na 4ª Conferência Nacional de Economia Solidária (4ª Conaes), que volta a ser realizada depois de dez anos. O evento está previsto para agosto de 2025, em Brasília, quando será elaborado o 2º Plano Nacional de Economia Popular e Solidária.



Abertura da Conferência estadual de Economia Popular e Solidária. Foto: Ricardo Filho/ Setre Bahia

Para o representante da Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária (Senaes), o economista Francisco de Oliveira, “a Bahia é um farol” que tem se destacado na estruturação dessa política. “O modelo começou a ser implantado no Sul, mas o Nordeste tomou pra si e afirmou com força popular e a Bahia avançou de modo expressivo”, disse, ao destacar a importância da Conferência, preparatória para a conferência nacional, prevista para agosto de 2025. “Tudo é luta. É a nossa chance de recolocar a economia solidária na agenda de investimentos do governo federal”, pontuou.

Nesses dois dias de evento, os participantes definiram as propostas a serem defendidas pela Bahia no encontro nacional, em Brasília. As sugestões foram estruturadas em torno de cinco eixos temáticos: realidade socioambiental, cultural, política e econômica; produção, comercialização e consumo; financiamento, crédito e finanças solidárias; educação, formação e assessoramento técnico; e ambiente institucional, incluindo legislação, gestão e integração de políticas públicas. Os 600 delegados eleitos nas prévias realizadas em agosto e setembro, durante dez conferências interterritoriais, vão eleger 82 representantes para integrar a delegação baiana.

Com informações do site <https://www.ba.gov.br/trabalho/noticias/2024-11/5769/salvador-sedia-maior-conferencia-estadual-de-economia-solidaria-do-pais>

SENAES REALIZA ÚLTIMA REUNIÃO INTERMINISTERIAL DO ANO

No dia 19 de novembro aconteceu, de forma presencial, a última reunião interministerial do ano de 2024, na sede do Ministério do Trabalho e Emprego. O encontro abordou o balanço do ano e as perspectivas para 2025 para as ações transversais no âmbito da Economia Popular e Solidária. O foco desta agenda foi tratar das estratégias, programas e ações que cada ministério tem relacionados com a produção de alimentos e finanças solidárias, pauta definida na reunião de 6 de agosto. Essa foi a quarta reunião organizada pela SENAES/MTE, com representantes ministeriais, com objetivo de promover um diálogo essencial para a construção coletiva do Programa de Economia Popular e Solidária Sustentável (PPA) para o período de 2024-2027.

A primeira reunião foi realizada dia 21 de junho de 2023 com o objetivo principal de instalar o Comitê Interministerial de Economia Popular e Solidária. No primeiro encontro foi apresentado a intencionalidade de criação do comitê e solicitado que todos os participantes indicassem algumas ações transversais à economia popular e solidária executadas em seus órgãos, a fim de unir esforços e fortalecer estratégias conjuntas. O Comitê foi pensado para ser um espaço de coordenação dos principais atores governamentais que possuem alguma competência ou interesse em discutir a política pública de Economia Popular e Solidária, de forma a colaborar na unidade do governo federal na temática. Participaram da primeira reunião representantes do seguintes ministérios e instituições: ENAP, MAPA, MDA, MCTI, EMBRAPA, MDS, MPA, MMA, SG/PR, MDIC, MEC, MINC, MGI, MF, MIR, MM.



Foto Ascom/MTE

A segunda reunião aconteceu de forma ampliada na reunião do Conselho Nacional de Economia Solidaria, no dia 16 de maio de 2024. Os representantes dos ministérios presentes apresentaram as principais ações em curso que fazem relação com a ECOSOL. Já a terceira reunião, realizado dia 16 de agosto, foi um momento crucial para garantir a integração e a convergência das ações propostas, assegurando que cada iniciativa esteja alinhada com os objetivos estratégicos do PPA, tendo como fio condutor a 4a. Conferência, as conferências temáticas e intermunicipais. Na ocasião, cada ministério apresentou as ações que estão sendo realizadas, relacionadas à ECOSOL.

Na reunião do dia 19, foram discutidas estratégicas comuns para fortalecimento da agenda de produção alimentar e finanças solidárias nas iniciativas dos diversos Ministérios presentes. Reforçou-se, ao final, a estratégia de ampliar as ações de pagamento de benefícios sociais por meio de Bancos Comunitários e Cooperativas Populares de Crédito e também da construção do Sistema Nacional de Finanças Solidárias, com participação dos Ministérios interessados na agenda. Reafirmou-se, também, o Programa Coopera Mais Brasil, liderado pelo MTE e MDA, para a unificação da agenda de produção alimentar da Economia Solidária.

SENAES PARTICIPA DE OFICINA DE COMPRAS PÚBLICAS NO MGI

O diretor do Departamento de Parcerias e Fomento, da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), Fernando Zamban, participou, junto da assessora de gabinete, Iracema Moura, de oficina de trabalho para colocar em prática a Estratégia Nacional de Contratações Públicas Sustentáveis (ENCP). A atividade aconteceu nos dias 21 e 22 de novembro, na sede do Ministério de Gestão e Inovação (MGI).

O objetivo da ENCP é utilizar o poder de compra do Estado como ferramenta para promover o desenvolvimento econômico, social e ambientalmente sustentável do país.

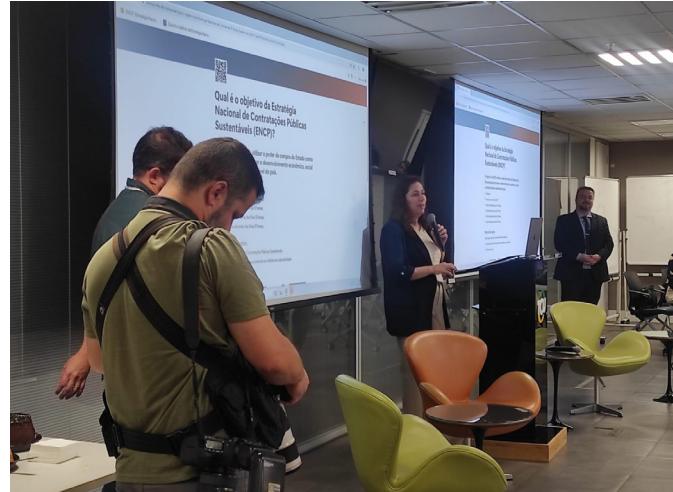


Foto Iracema Moura/Senaes

PLENÁRIA DE ANÁLISE DE CONTEXTO RECONHECE LEGADOS DA ASA E APONTA CAMINHOS PARA O FUTURO DO SEMIÁRIDO

O secretário da Senaes, Gilberto Carvalho, participou no dia 20 de novembro, do X EnconASA, que aconteceu entre os dias 18 a 22 de novembro de 2024 em Piranhas (AL) e Canindé de São Francisco (SE). Realizado às margens do rio São Francisco, nesta edição a entidade celebrou os 25 anos da ASA, a volta do Programa Cisternas e as inovações que têm feito e continuarão fazendo do Semiárido um lugar rico em vida. A plenária sobre o contexto político, econômico e social com foco na região – que compreende o interior do Nordeste e parte de Minas Gerais – contou com a participação de representantes da articulação, parceiros e membros do Governo Federal.

A mesa foi composta pela assessora nacional da FASE – Solidariedade e Educação, Maria Emilia Pacheco; a representante da coordenação nacional do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Leila Santana; a secretária nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Lilian Rahal; pelo secretário nacional de Economia Popular e Solidária, Gilberto Carvalho; e pela representante da coordenação da ASA, Valquíria Lima.

Sociedade e Estado

A Plenária de Análise de Contexto partiu do atual cenário do Semiárido descrito pelas agricultoras, agricultores, técnicos e técnicas, que participam do EnconASA, nas oficinas realizadas na quarta-feira (20). Os anúncios e denúncias envolvendo diversos temas como, por exemplo, energias renováveis, educação contextualizada e acesso à terra foram sistematizados e apresentados por Maria Emilia Pacheco.

Em sua fala, Maria Emilia alertou para as ameaças que chegam ao Semiárido por meio de grandes projetos predatórios com o discurso de que “são soluções baseadas na natureza”, mas na verdade expulsam famílias, destroem o meio ambiente e geram riquezas para poucos.

“Como disse um agricultor na oficina sobre energias renováveis: ‘até o vento mudou’. Há um processo de apropriação privada dos bens da natureza e é preciso chamar a atenção para isso”, afirmou Maria Emilia.

A partir da contribuição das oficinas, a representante do MPA, Leila Santana, destacou que a tarefa “histórica e ancestral” dos povos do Semiárido brasileiro “sempre foi de salvaguardar os bens naturais”. No entanto, segundo a agricultora, essas práticas de promoção do bem-viver que subsidiam políticas públicas correm o risco de serem desmanteladas novamente como aconteceu entre 2016 e 2022.

“Celebramos a retomada de um governo popular, mas temos uma extrema-direita que monitora nossas conquistas e nossos territórios. É preciso entender isso no Semiárido para que possamos enfrentar essa realidade”, disse Leila.

Apontado como um dos maiores legados da ASA para o Brasil, o diálogo entre a sociedade civil e o Estado foi ressaltado pela mesa como estratégico para vencer os desafios atuais e os que podem vir pela frente. Para Lilian Rahal, que falou em nome do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, não é possível fortalecer e fazer novas políticas públicas sem escutar o povo, “e isso o Semiárido ensinou a todos nós”.

“O quanto a gente aprende com a sociedade civil. Lembro que lá atrás a ASA nos desafiou a construir um milhão de cisternas. Uma meta que parecia completamente impossível, mas a gente conseguiu e ainda criou cisternas de produção, e está levando cisternas para a Amazônia e para o Rio Grande do Sul”, afirmou Lilian.



Foto João Noya/ASA Brasil

Gilberto Carvalho reafirmou as palavras da colega de governo e conclamou a ASA a seguir avançando com o método comprovadamente eficaz de mobilizar e estimular o povo a refletir sobre a realidade brasileira. O secretário lembrou que o governo Lula não tem maioria no Congresso Nacional e, por isso, precisa ainda mais de uma base social crítica que ajude a reconstruir o país e consolidar o poder popular.

“Queria pedir um casamento [dos programas da ASA] com a economia popular e solidária. É preciso indicar a todas as pessoas o caminho da economia circular. Temos que avançar e você são atores e atrizes fundamentais nesse processo”, declarou o secretário.

Por fim, Valquíria Lima fez o resgate das memórias que fazem parte dos 25 anos de trajetória da ASA, sublinhando pessoas e movimentos que foram decisivos para a

constituição da rede como ela é hoje. Para a coordenadora nacional da articulação, “não existe mais Semiárido sem a ASA”, o que significa mais responsabilidade de todos e todas frente aos novos desafios.

Com informações da ASA Brasil em <https://enconasa.asabrasil.org.br/2024/11/21/plenaria-de-analise-de-contexto-reconhece-legados-da-asa-e-aponta-caminhos-para-o-futuro-do-semiarido/>



Foto João Noya/ASA Brasil

SENAES PARTICIPA DE OFICINA DE ECOSOL NO SEBRAE EM SÃO PAULO

No dia 22 de novembro, representantes da Senaes, SEBRAE nacional, SEBRAE/RJ, SEBRAE/SP e SEBRAE/BA organizaram Oficina de diálogos com o objetivo de construir o Plano de Trabalho 2025 da parceria SEBRAE/Senaes. A atividade aconteceu em São Paulo/SP, de forma presencial, e contou com a participação de diferentes representantes da Economia Popular e Solidária.



Fotos divulgação Sebrae/Nacional

No encontro, a equipe da Senaes formada pela Coordenadora Geral de Projetos, Vanderlúcia Oliveira e pelo chefe de projetos, Marco Antônio Baleeiro, apresentou material informativo e vídeo para esclarecer os objetivos e a missão da Economia Popular e Solidária. Como ponto de partida dos diálogos foi mencionado o projeto inicial desenvolvido em 2023 pela SENAES “Educar, desenvolver e Cooperar”. As falas da parte da manhã foram orientadas pela pergunta “O que é Economia Solidária?”. Já na parte da tarde foram formados cinco grupos que propuseram um conjunto de diretrizes e ações para um Plano de Trabalho nacional.

A partir das colocações gerais, foi consenso majoritário de que será necessário um diagnóstico preliminar nos territórios, tendo em vista as particularidades geográficas e econômicas de cada estado e autonomia decisória dos SEBRAEs/UFs. Nesse sentido, foi levantada a necessidade de oferecer aos empreendimentos um estudo do potencial local de mercado e mapeamento de demandas de negócios.



Fotos divulgação Sebrae/Nacional

Ao final do encontro os representantes do SEBRAE ficaram de apresentar uma minuta de Acordo de Cooperação Técnica até o final deste ano. O próximo passo será a continuidade dos diálogos para o aperfeiçoamento do Plano de Trabalho pautado pelas diretrizes que foram apresentadas a partir das discussões entre os grupos.

Expediente:

Informativo elaborado pela Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária - SENAES/MTE

Contato/sugestões:

E-mail:

comunicação.senaes@trabalho.gov.br

Telefone: (61) 2031- 6833